



Govorno do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Fazenda

Concurso Público para Fiscal de Rendos 2009

Prova Objetiva do dia 02.08.2009

Direito Empresarial (Comercial), Legislação Tributária, Contabilidade Geral e de Custos e Auditoria e Direito Tributário.

CADERNO DE PROVA TIPO 04

Informações Gerais:

1. Você está recebendo do fiscal da sala o seguinte material:
 - a) este caderno de **Prova Tipo 04**, com o enunciado das 100 (cem) questões, sem repetição ou falha.
Atenção!
*Verifique se a folha de resposta contém a informação **Prova Tipo 04**. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala.*
 - b) uma folha destinada à marcação das respostas das questões formuladas neste caderno.
2. Ao receber a folha de respostas, é obrigação do candidato:
 - a) conferir se seu nome e número de inscrição estão corretos;
 - b) ler atentamente as instruções de preenchimento da folha de respostas;
 - c) assinar a folha de respostas.
3. O candidato deverá transcrever as respostas da prova para a folha de repostas, que será o único documento válido para correção da prova.
4. O preenchimento da folha de respostas dar-se-á mediante utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, sendo de inteira responsabilidade do candidato.
5. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.
6. As questões da prova serão identificadas pelo número que se situa ao lado do enunciado.
7. O rascunho do caderno de questões não será levado em consideração.
8. O tempo disponível para essa prova será de 5 (cinco) horas, incluindo o tempo para a marcação da folha de respostas.
9. Durante as primeiras 2 (duas) horas, o candidato não poderá deixar o recinto de realização da prova, salvo por motivo de força maior.
10. O candidato somente poderá levar consigo o caderno de questões caso permaneça em sala até 30 (trinta) minutos antes do término do horário previsto.



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS
FGV PROJETOS

Direito Empresarial

1. A respeito da *estrutura de administração das sociedades por ações*, é correto afirmar que:

- (A) é obrigatório que as sociedades por ações sempre tenham administração dual, isto é, tenham um Conselho de Administração e uma diretoria.
- (B) o Conselho de Administração é obrigatório apenas em sociedade por ações de capital aberto, em sociedades de economia mista e de capital autorizado.
- (C) é vedada a criação de qualquer outro órgão da sociedade ou comitê, ainda que com funções meramente consultivas, diferente dos órgãos previstos em lei, isto é, Conselho de Administração e Diretoria.
- (D) os membros do Conselho de Administração podem, eventualmente, representar a companhia perante terceiros.
- (E) quando a sociedade por ações possuir Conselho de Administração, os membros da Diretoria, antes de realizar qualquer negócio relevante para a companhia, devem ter o aval do órgão colegiado.

2. Considerando que:

- ▶ *ABC Cana de Açúcar Ltda.* (*ABC Ltda.*) é acionista controladora titular de 60% do capital votante de *ABC Comércio de Açúcar Refinado S.A.* (*ABC S.A.*), sociedade por ações de capital aberto;
- ▶ *ABC Ltda.* e *ABC S.A.* firmaram contrato pelo qual aquela fica obrigada a fornecer 5 toneladas de açúcar refinado por ano pelo prazo de 10 anos.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Tal contrato é nulo de pleno direito, por se configurar como contrato consigo mesmo.
- (B) Conforme determina a Lei 6.404/76, o Conselho de Administração é o órgão societário competente para aprovar contratos entre controlada e controladora. Por consequência, o contrato entre *ABC Ltda.* e *ABC S.A.* deverá ser aprovado pela maioria dos membros do Conselho de Administração.
- (C) Conforme determina a Lei 6.404/76, a Assembleia Geral é o órgão societário competente para aprovar contratos entre controlada e controladora. Por consequência, o contrato entre *ABC Ltda.* e *ABC S.A.* deve ser aprovado pela maioria dos seus acionistas, devendo *ABC Ltda.* se abster de votar.
- (D) Conforme determina a Lei 6.404/76, a Assembleia Geral é o órgão societário competente para aprovar contratos entre partes relacionadas. Por consequência, o contrato entre *ABC Ltda.* e *ABC S.A.* deve ser aprovado pela maioria dos acionistas, podendo *ABC Ltda.* participar da deliberação.
- (E) Conforme determina a Lei 6.404/76, o contrato entre controlada e controladora deve ser realizado em condições estritamente comutativas e por decisão dos administradores, se o estatuto social não dispuser em contrário. Por consequência, o contrato entre *ABC Ltda.* e *ABC S.A.* pode ser firmado por decisão dos administradores.

3. O Código de Defesa do Consumidor **não** se aplica às relações entre:

- (A) a entidade de previdência privada e seus participantes.
- (B) a instituição financeira e seus clientes.
- (C) o comprador e o vendedor proprietário de um único imóvel, que lhe serve de residência.
- (D) o comprador de veículo e a concessionária.
- (E) a instituição de ensino e o estudante.

4. Com relação à *desconsideração da personalidade jurídica*, assinale a alternativa correta.

- (A) Implica a extinção da pessoa jurídica.
- (B) Constitui uma construção jurisprudencial que nunca encontrou positividade na legislação nacional.
- (C) Implica que obrigações da sociedade sejam estendidas aos bens particulares dos administradores e sócios e está prevista apenas no Código Civil.
- (D) Implica que obrigações da sociedade sejam estendidas aos bens particulares dos administradores e sócios e está prevista, no sistema jurídico brasileiro, apenas no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor.
- (E) Implica que obrigações da sociedade sejam estendidas aos bens particulares dos administradores e sócios e está prevista, no sistema jurídico brasileiro, no Código Civil, no Código de Defesa do Consumidor e na Lei 8.884/94 (Lei de Defesa da Concorrência).

5. *ABC Vidraçaria Ltda.* é uma sociedade cujo objeto social principal é a fabricação e comercialização de vidros para fins industriais. Ela possui apenas três sócios e seu quadro societário tem a seguinte configuração:

- I. Antônio, titular de 80% das quotas sociais;
- II. Bernardo, titular de 10% das quotas sociais;
- III. Carlos, titular de 10% das quotas sociais.

A administração da sociedade cabe a João, conforme designação no próprio contrato social. O contrato social prevê ainda que as obrigações contraídas em nome da sociedade que excederem a R\$ 100.000,00 e a alienação de qualquer bem essencial ao desenvolvimento das principais atividades sociais dependem da deliberação de 80% do capital social.

Surgiu uma boa oportunidade para *ABC Vidraçaria Ltda.* firmar contrato de trespasse dos bens e direitos relacionados com a fabricação de vidros.

Nesse negócio, a sociedade se obriga apenas se:

- (A) João assinar o contrato de trespasse, sem a prévia aprovação dos sócios.
- (B) Antônio assinar o contrato de trespasse.
- (C) João e Antonio assinarem conjuntamente o contrato de trespasse.
- (D) João assinar o contrato de trespasse com a aprovação prévia dos sócios representantes de 80% do capital social de trespasse.
- (E) João, Antonio, Bernardo e Carlos assinarem o contrato de trespasse.

6. Nos termos da Lei 11.101/2005, **não** se configura como *crime falimentar*:

- (A) praticar, antes ou depois da sentença que decreta a falência, conceder a recuperação judicial ou homologar a recuperação extrajudicial, ato fraudulento de que resulte ou possa resultar prejuízo aos credores, com o fim de obter ou assegurar vantagem indevida para si ou para outrem.
- (B) manter a atividade empresarial após a concessão da recuperação judicial ou a homologação da recuperação extrajudicial.
- (C) violar, explorar ou divulgar, sem justa causa, sigilo empresarial ou dados confidenciais sobre operações ou serviços, contribuindo para a condução de devedor a estado de inviabilidade econômica ou financeira.
- (D) divulgar ou propalar, por qualquer meio, informação falsa sobre devedor em recuperação judicial, com o fim de levá-lo à falência ou de obter vantagem.
- (E) sonegar ou omitir informações ou prestar informações falsas no processo de falência, de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial, com o fim de induzir a erro o juiz, o Ministério Público, os credores, o Comitê ou o administrador judicial.

7. A respeito do *protesto*, assinale a alternativa correta.

- (A) O cancelamento do protesto, por qualquer motivo, somente pode ser realizado por determinação judicial.
- (B) O protesto é condição necessária para o pedido de falência do devedor empresário.
- (C) O protesto pode ser requerido perante o Cartório de Protesto apenas para comprovar a falta de pagamento.
- (D) O protesto é o ato formal pelo qual se prova a inadimplência de uma obrigação cambiária e pode ser requerido para demonstrar a falta de pagamento, a falta de aceite ou a não-devolução do título.
- (E) O protesto não tem nenhum efeito jurídico, servindo unicamente para pressionar o devedor a pagar o que deve.

8. Quanto ao *regime de responsabilidade societária* dos tipos societários existentes no Brasil, assinale a alternativa correta.

- (A) Na sociedade em conta de participação, todos os sócios respondem solidariamente pelo montante do capital.
- (B) Nas sociedades por ações, a responsabilidade dos acionistas será limitada ao valor de emissão das ações subscritas, e todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.
- (C) Nas sociedades limitadas, a responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.
- (D) Nas sociedades em nome coletivo, todos os sócios têm responsabilidade limitada ao valor apartado a título de capital social.
- (E) Nas sociedades simples puras, os sócios são solidariamente responsáveis pelo passivo da sociedade.

9. Assinale a alternativa correta.

- (A) *Bom de Roda Ltda.* tem como objeto social a prestação de serviços automotivos e comercialização de pneus. O registro do seu ato constitutivo e dos demais atos societários deve ser realizado no Registro Civil de Pessoa Jurídica.
- (B) *Pereira Advogados* é uma sociedade de advogados que presta serviços jurídicos na área de direito de mercado de capitais. O registro do seu ato constitutivo e dos demais atos societários deve ser realizado no Registro Público de Empresas Mercantis.
- (C) O objeto social de *Escola ABC S.A.* é o ensino elementar e a prestação de serviços educacionais. O registro do seu ato constitutivo e dos demais atos societários deve ser realizado no Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais.
- (D) Jorge Silveira exerce atividade de comercialização de joias e materiais ornamentais. Para ser empresário individual deve inscrever-se no Registro Civil de Pessoas Físicas.
- (E) *Cooperativa de Leite Vaquinha Ltda.*, com sede na cidade do Niterói, deve ter os seu ato constitutivo e os demais atos societários registrados no Registro Público de Empresas Mercantis da cidade do Rio de Janeiro.

10. Assinale a alternativa cujo enunciado contenha *nome comercial* que está em conformidade com a legislação nacional.

- (A) João Pedro Liberati e Francisco Souza são sócios em uma sociedade em conta de participação cujo nome empresarial é *Liberati & Souza, Comércio de Carnes Ltda.*
- (B) Regina Nogueira e Patrícia Silveira são sócias em uma sociedade limitada cujo objeto social é o comércio de roupas e o nome empresarial é *Floricultura Nogueira & Silveira Ltda.*
- (C) *TBLG SPA*, sociedade estrangeira italiana, funciona no Brasil com a seguinte denominação: *TBLG SPA, Sociedade Estrangeira Italiana.*
- (D) João Pedro e Pedro João são sócios de uma sociedade limitada cuja denominação é *João & Pedro S.A.*
- (E) Joana Treviso e Maria Veneto são acionistas da companhia cujo nome empresarial é *Malhas & Meias Bonitas S.A.*

11. Não constitui *infração à ordem econômica*:

- (A) limitar, falsear ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou a livre iniciativa.
- (B) exercer de forma abusiva posição dominante no mercado.
- (C) dominar mercado relevante de bens ou serviços.
- (D) aumentar arbitrariamente os lucros.
- (E) adquirir o controle dos principais concorrentes do mercado.

12. A respeito da *disciplina jurídica brasileira* das empresas em crise, é correto afirmar que:

- (A) estão sujeitos à disciplina da Lei 11.101/2005 (Lei de Falências e Recuperação de Empresas) os empresários, as sociedades empresárias, as instituições financeiras privadas, as sociedades seguradoras e as cooperativas de crédito.
- (B) os sócios das sociedades limitadas estão sujeitos aos efeitos jurídicos da falência produzidos em relação à sociedade empresária falida.
- (C) durante o procedimento de recuperação judicial, os administradores da sociedade podem ser mantidos em seus cargos com competência para a condução dos negócios sociais.
- (D) todos os credores, inclusive os de natureza tributária e trabalhista, podem participar da negociação da recuperação extrajudicial.
- (E) o plano de recuperação judicial deverá ser apresentado pelo devedor e aprovado pela unanimidade dos devedores, sob pena de ser decretada a falência.

13. A respeito da *fiança e aval*, é correto afirmar que:

- (A) tanto o fiador como o avalista podem opor ao credor as exceções extintivas da obrigação que competem ao devedor principal.
- (B) tanto o avalista quanto o fiador não podem pleitear o benefício de ordem.
- (C) a fiança prestada sem autorização de um dos cônjuges implica na ineficácia total da garantia.
- (D) o aval é instituto jurídico com finalidade de garantir a satisfação de obrigações contraídas por contrato.
- (E) a fiança é instituto jurídico com finalidade de garantir a satisfação de obrigação assumida pelo devedor mediante emissão de um título cambiário.

14. A respeito das *operações de reestruturação societária*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Na operação de incorporação, uma sociedade é absorvida por outra, que lhe sucede em todos os seus direitos e obrigações.
- (B) Na operação de incorporação de ações, uma sociedade incorpora todas as ações do capital social de outra sociedade transformando-a em sociedade unipessoal, denominada no direito brasileiro de subsidiária integral.
- (C) Na operação de fusão, duas companhias fundem os seus patrimônios, formando uma nova sociedade que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações.
- (D) Na operação de cisão parcial, a companhia transfere parcela do seu patrimônio para outra sociedade, constituída ou já existente, dividindo-se o seu capital social.
- (E) Na operação de aquisição do poder de controle acionário, uma pessoa, física ou jurídica, adquire ações representativas de 50% ou mais do capital votante de uma companhia.

15. *ABS Agroindustrial S.A.* é empresa exportadora de produtos relacionados com o plantio de cana de açúcar.

Para viabilizar a próxima safra, em 01 de junho de 2009, contratou adiantamento de contrato de câmbio com o *Banco XPTO S.A.* no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais).

Em 15 de julho de 2009, foi decretada a falência da *ABS Agroindustrial S.A.*

Considerando os fatos acima, assinale a alternativa correta.

- (A) O *Banco XPTO* deverá habilitar o seu crédito na falência, tendo prioridade sobre todos os demais créditos.
- (B) O *Banco XPTO* deverá habilitar o seu crédito na falência, tendo prioridade sobre os credores, salvo sobre os créditos de natureza trabalhista.
- (C) O *Banco XPTO* deverá habilitar o seu crédito na falência, tendo prioridade sobre os credores, salvo sobre os créditos de natureza trabalhista e tributária.
- (D) O *Banco XPTO* tem direito à restituição em dinheiro da quantia entregue ao devedor, decorrente do adiantamento do contrato de câmbio.
- (E) O *Banco XPTO* deverá esperar a colheita da próxima safra e a sua comercialização para receber a quantia que lhe cabe.

16. *Clorofila Produtos Verdes S.A.* é uma sociedade constituída conforme as leis brasileiras que tem o seguinte quadro acionário:

- I. *Raiz Forte Ltda.*, titular de 40% das ações ordinárias;
- II. Sérgio Flores, titular de 10% das ações ordinárias;
- III. *ACB Fundo Mútuo*, titular de 15% das ações ordinárias;
- IV. Os 35% restantes das ações ordinárias são detidos por pequenos investidores da Bovespa.

Nos últimos cinco anos, *Raiz Forte Ltda.* elegeu a maioria dos membros do Conselho de Administração e obteve maioria em todas as deliberações sociais. Ressalta-se que *Raiz Forte Ltda.*, por sua vez, tem Reginaldo Flores como titular de 99% das suas quotas e sua esposa, Maria Flores, com 1% restante. Ressalta-se que Maria Flores jamais teve conhecimento ou participou dos negócios sociais.

Para fins da aplicação dos regimes jurídicos de abuso do poder de controle e de alienação do controle acionário previstos na Lei das S.A. – Lei 6.404/76, assinale a alternativa quem é acionista controlador da *Clorofila Produtores Verdes S.A.*

- (A) *Raiz Forte Ltda.*
- (B) *Raiz Forte Ltda.* e Sérgio Flores.
- (C) *Raiz Forte Ltda.*, Sérgio Flores e *ABC Fundo Mútuo*.
- (D) Reginaldo Flores.
- (E) Reginaldo Flores e Maria Flores.

17. Há mais de dez anos, Jorge e Matias, ambos juridicamente plenamente capazes, constituíram sociedade limitada para desenvolver o comércio de carnes em Petrópolis. Apesar de eles terem elaborado contrato de sociedade por escrito, tal contrato nunca foi levado a registro na Junta Comercial competente.

Considerando as informações acima, é correto afirmar que:

- (A) a sociedade não tem personalidade jurídica, mas os bens e dívidas sociais constituem patrimônio especial, do qual os sócios são titulares em comum.
- (B) a sociedade é inexistente.
- (C) a sociedade é ineficaz, tanto para Jorge e Matias quanto para terceiros.
- (D) a sociedade é nula de pleno direito.
- (E) a sociedade existe, é válida e possui personalidade jurídica.

18. Assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Duplicata é título de crédito causal que encontra origem em contrato de compra e venda mercantil ou de prestação de serviços.
- (B) Se o credor não realizar o protesto por falta de aceite ou por não devolução do título, ainda assim poderá realizar o protesto por falta de pagamento.
- (C) Nos contratos de compra e venda mercantil, o devedor poderá deixar de aceitar a duplicata: por avaria ou não-recebimento das mercadorias, quando não expedidas ou não entregues por sua conta e risco; por vícios, defeitos e diferenças na qualidade ou na quantidade das mercadorias, devidamente comprovados; e por divergência nos prazos ou nos preços ajustados.
- (D) Nos contratos de prestação de serviços, o devedor poderá deixar de aceitar a duplicata: quando não houver correspondência com os serviços efetivamente contratados; por vícios ou defeitos na qualidade dos serviços prestados, devidamente comprovados; e por divergência de prazos ou nos preços ajustados.
- (E) A duplicata não se configura como título executivo extrajudicial.

19. A respeito do *contrato de arrendamento mercantil*, é correto afirmar que:

- (A) a cobrança antecipada do Valor Residual Garantido (VRG) descaracteriza o contrato de arrendamento mercantil, transformando-o em compra e venda a prestação.
- (B) a cobrança antecipada do Valor Residual |Garantido (VRG) não descaracteriza o contrato de arrendamento mercantil.
- (C) é proibido o pagamento antecipado de Valor Residual Garantido (VRG).
- (D) o bem objeto do contrato de arrendamento mercantil deve necessariamente ser adquirido pelo arrendatário.
- (E) o bem objeto do contrato de arrendamento mercantil deve necessariamente retornar à instituição financeira.

20. Antônio herdou imóvel bem localizado em Vila Isabel e deseja concretizar seu sonho de abrir uma livraria. Para levar o seu projeto adiante, Antônio fez um plano de negócios e constatou a necessidade de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) para iniciar as atividades.

Considerando que o valor do seu imóvel é estimado em aproximadamente R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), convida Bernardo para entrar na sociedade uma vez que ele já tem grande *expertise* no ramo e interesse em investir no setor.

Considerando os fatos acima, assinale a alternativa correta.

- (A) Para a integralização do capital social, caso a sociedade seja constituída como sociedade por ações, o imóvel herdado deverá ser avaliado por três peritos ou por empresa especializada e o valor deve ser aprovado em Assembleia Geral. Bernardo poderá integralizar a sua parte em dinheiro e em serviços avaliados de acordo com o seu *know-how*.
- (B) Para a integralização do capital social com o imóvel herdado, caso a sociedade seja constituída como sociedade limitada, os sócios podem definir o valor do imóvel. Bernardo deverá integralizar a sua parte com bens relacionados ao objeto social suscetíveis de avaliação pecuniária. Ambos respondem solidariamente pela exata avaliação do bem imóvel até o prazo de 5 anos, contado da data de registro da sociedade.
- (C) Caso a sociedade seja constituída como sociedade limitada, o capital social não poderá ser integralizado com bens imóveis, em decorrência de vedação legal.
- (D) Para a integralização do capital social com o imóvel herdado, caso a sociedade seja constituída como sociedade por ações, Bernardo e Antônio podem estabelecer o seu valor em Assembleia. Nessa hipótese, ambos serão solidariamente responsáveis pela exata avaliação até o prazo de 2 anos, contado da data de registro da sociedade.
- (E) Caso a sociedade seja constituída como sociedade por ações ou sociedade limitada, é permitido que Bernardo integralize a sua parte no capital social com serviços importantes para o desenvolvimento da atividade da nova sociedade.

Legislação Tributária

21. Analise as afirmativas a seguir:

- I. O valor do ICMS devido mensalmente pelas microempresas e empresas de pequeno porte, optantes pelo Simples Nacional, é calculado mediante a aplicação de alíquotas reduzidas definidas em lei estadual.
- II. Considera-se microempresa, para fins de enquadramento no Simples Nacional, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00.
- III. A microempresa e a empresa de pequeno porte, incluídas no Simples Nacional, ficam desobrigadas de pagar o ICMS incidente na entrada de mercadoria ou bem que importe do exterior .

Assinale:

- (A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (B) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- (C) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- (D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

22. O *Fiscal de Rendas*, no caso de o contribuinte recolher, sem qualquer acréscimo, saldo devedor do ICMS cujo prazo de pagamento se esgotara antes do início da ação fiscal, deverá ...

Assinale a alternativa que complementa o texto acima.

- (A) lavrar o competente auto de infração para exigir o valor do imposto mais os acréscimos moratórios.
- (B) lavrar o competente auto de infração para exigir os valores dos acréscimos moratórios não recolhidos pelo contribuinte e da atualização monetária (porventura devida), sujeitos ambos aos acréscimos moratórios, bem como à multa pelo não-recolhimento do imposto no prazo regulamentar.
- (C) lavrar a competente nota de lançamento para exigir apenas o valor da correção monetária e dos acréscimos moratórios.
- (D) lavrar o competente auto de infração para exigir tão-somente o valor dos acréscimos moratórios não recolhidos pelo contribuinte, calculados do dia do vencimento do débito até a data do pagamento efetuado pelo contribuinte.
- (E) lavrar o competente auto de infração para exigir o valor do imposto, devidamente atualizado pela UFIR-RJ, mais os acréscimos moratórios e a penalidade aplicável.

23. A sociedade empresarial 'X' remeteu mercadorias para a sociedade empresarial 'Y' a título de consignação mercantil, rezando o respectivo contrato que a venda deveria efetivar-se no prazo ZZZ por R\$ WWW.

A esse respeito e à luz da legislação tributária vigente, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não há incidência do ICMS em tal remessa, pois a consignação mercantil não constitui operação relativa à circulação de mercadoria.
- (B) A consignante 'X' obriga-se a fazer incidir o ICMS, destacando o respectivo valor na nota fiscal que emite quando da saída das mercadorias com destino ao estabelecimento da consignatária 'Y'.
- (C) Sejam as mercadorias remetidas veículos usados, ou sejam produtos sujeitos ao regime de substituição tributária, a consignante 'X' deverá observar as disposições próprias a esse regime de tributação.
- (D) No caso de a consignatária 'Y' vender as mercadorias por preço maior do que o estabelecido no contrato de consignação mercantil, deverá emitir nota fiscal apenas para registrar o efetivo valor do negócio realizado, sem débito de ICMS, impondo-se à consignante 'X' emitir nota fiscal complementar, face ao reajustamento do preço contratado por ocasião da remessa, sem destaque do ICMS.
- (E) Mesmo em se tratando de consignação mercantil e tendo em vista que o transporte das mercadorias foi realizado por empresa transportadora contratada pela consignatária 'Y', sediando-se 'Y' no mesmo município da consignante 'X', houve prestação de serviço de transporte sujeita ao ICMS.

24. Assinale a alternativa que indique a hipótese de não-incidência do ICMS que **não** é definida pela Lei nº 2.657/96.

- (A) Operação com mercadoria destinada a depósito fechado, do próprio contribuinte, localizado no Estado do Rio de Janeiro, bem assim a operação de retorno, ao estabelecimento depositante.
- (B) Aquisição de veículo novo por taxista e por portador de deficiência motora, desde que os mesmos não tenham adquirido veículo com isenção ou não incidência do ICMS em prazo inferior a 2 (dois) anos.
- (C) Operação de arrendamento mercantil, não compreendida a venda do bem arrendado ao arrendatário.
- (D) Operação com mercadoria de terceiro, na saída de estabelecimento de empresa de transporte ou de depósito, por conta e ordem desta.
- (E) Operação com bens móveis salvados de sinistro em venda por empresa seguradora.

25. Segundo a Lei Complementar nº 87/96, **não** se inclui no campo de incidência do ICMS:

- (A) a entrada, no território do Estado destinatário, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e de energia elétrica, quando não destinados à comercialização ou à industrialização, decorrentes de operações interestaduais.
- (B) a utilização, por contribuinte, de serviço cuja prestação se tenha iniciado em outro Estado e não esteja vinculada à operação ou prestação subsequente.
- (C) a entrada, no estabelecimento do contribuinte, de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação, destinada a consumo ou a ativo fixo.
- (D) a saída de mercadoria, de estabelecimento de contribuinte, com destino a outro estabelecimento do mesmo titular.
- (E) o fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios.

26. Com relação às operações *com sucata, fragmento, retalho ou resíduo de materiais e com lingotes e tarugos de metais não-ferrosos e couro curtido*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Nas operações com sucata ou resíduo, há diferimento do ICMS nas internas (dentro do Estado do Rio de Janeiro) e substituição tributária (progressiva), no caso de remessa para outra unidade federada.
- (B) Sucata ou resíduo é a mercadoria que se tornar definitiva e totalmente inservível para o uso a que se destinava originalmente, somente se prestando ao emprego, como matéria-prima, na fabricação de outro produto.
- (C) Nas saídas de couro e pele em estado fresco, salmourado ou salgado, de produto gorduroso não comestível de origem animal, inclusive sebo e osso, chifre e casco, destinadas à outra unidade da Federação, obriga-se o remetente a recolher o ICMS antes de iniciada a remessa, mediante DARJ em separado.
- (D) Nas operações interestaduais com sucata ou resíduo realizadas entre contribuintes, poderá ser autorizado, mediante concessão de regime especial, a requerimento do interessado, o pagamento do ICMS devido numa única quota mensal, englobando todas as operações que, no período, o remetente efetuar para um mesmo destinatário.
- (E) Nas operações internas com sucata ou resíduo (dentro do Estado do Rio de Janeiro), o estabelecimento industrial que a adquirir para utilização como matéria-prima no processo fabril, obriga-se ao pagamento do ICMS devido, independentemente do resultado do confronto entre débitos e créditos referentes às demais operações do período, podendo utilizar os saldos credores acumulados para a compensação do débito gerado em razão da entrada de sucata em geral.

27. Sociedade empresarial localizada no Estado do Rio de Janeiro, com atividade de indústria, realizou, no mês de novembro de 2008, as operações abaixo descritas.

- I Aquisição de matéria-prima (provida do Estado do Espírito Santo): R\$ 100.000,00
- II Aquisição de um bem destinado ao ativo permanente (vendedor localizado no Estado do Rio de Janeiro): R\$ 10.000,00
- III Aquisição de bens de consumo (vendedor localizado no Estado do Rio de Janeiro): R\$ 5.000,00
- IV Aquisição de embalagem (no Estado do Rio de Janeiro), confeccionada por encomenda e com identificação do encomendante, mediante composição gráfica: R\$ 1.000,00
- V Venda de produtos destinados a comerciantes localizados em Fortaleza/CE: R\$ 80.000,00
- VI Venda de produtos destinados à Prefeitura Municipal de Florianópolis/SC: R\$ 60.000,00
- VII Transferência de produtos fabricados para estabelecimento da própria sociedade empresarial, localizado no Estado do Rio de Janeiro: R\$ 50.000,00 (equivalente ao preço médio praticado nas vendas a outros contribuintes)
- VIII Integração ao ativo permanente de mercadoria produzida pela própria sociedade empresária: R\$ 4.000,00
- IX Exportação para o exterior de produtos fabricados: R\$ 100.000,00
- X Valor do ICMS creditado na aquisição das matérias-primas e produtos intermediários utilizados na fabricação das mercadorias integradas ao ativo permanente (VIII): R\$ 400,00 e, nas destinadas à exportação (IX): R\$ 7.000,00

Observações:

- 1. Nas operações internas, aplicou-se a alíquota normal básica do imposto, além de não se haver considerado o adicional ao Fundo de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais.
- 2. Não se cogitou da questão relativa à integração, ou não, do IPI à base de cálculo do ICMS.
- 3. Nenhuma regra de isenção alcança as operações (entradas e saídas).
- 4. Computou-se o valor de R\$ 5.500,00 como saldo credor do imposto relativo ao confronto do período de outubro de 2008.

Ao final daquele período, a referida sociedade empresarial efetivou o confronto entre créditos e débitos do ICMS, no qual apurou o saldo indicado em uma das alternativas que se seguem. Assinale-a.

- (A) saldo credor de R\$ 317,50
- (B) saldo devedor de R\$ 8.082,50
- (C) saldo devedor de R\$ 6.320,00
- (D) saldo credor de R\$ 1.200,00
- (E) saldo devedor de R\$ 4.337,50

28. Com relação aos *regimes especiais para cumprimento de obrigações acessórias pelo contribuinte*, analise as afirmativas a seguir:

- I. O recurso contra ato que indeferir o pedido de regime especial, a ser formalizado no prazo de 30 dias contado da ciência, é decidido pela Coordenação de Tributação.
- II. O regime especial pode ser cassado ou alterado, a qualquer tempo, pela autoridade que tiver competência para conceder o benefício.
- III. O recurso contra ato que indeferir, cassar ou alterar regime especial tem efeito suspensivo.
- IV. O estabelecimento que deverá apresentar o pedido de concessão de regime especial é o estabelecimento único ou principal neste Estado

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I, III e IV estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

29. A respeito da *norma concessiva de isenção de ICMS* expressa, unilateralmente, na Constituição do Estado, assinale a alternativa correta.

- (A) É válida, apenas no caso de a Constituição Estadual haver sido editada após a promulgação da Constituição Federal de 1988.
- (B) Não é válida, pois a concessão e revogação de isenções, incentivos e benefícios fiscais do ICMS exigem lei complementar.
- (C) É válida, pois as Constituições estaduais ganham, em hierarquia, das leis complementares e das leis ordinárias.
- (D) Não é válida, pois a concessão e revogação de isenções, incentivos e benefícios fiscais do ICMS decorrem obrigatoriamente de deliberação dos Estados e do Distrito Federal.
- (E) Não é válida, salvo se a norma concessiva de isenção do ICMS constar do texto originário da Constituição Estadual.

30. Analise as afirmativas a seguir:

- I. O leiloeiro é responsável pelo pagamento do ICMS incidente na saída de mercadoria ou bem arrematados, quando o imposto não for pago pelo arrematante.
- II. Nos casos de simples alteração de razão social, firma, denominação, local ou atividade, a escrituração continuará nos mesmos livros.
- III. É permitida a utilização de Cupom Fiscal emitido por ECF, na venda para entrega de mercadoria em domicílio, dentro do Estado, devendo dele constar a identificação e o endereço do consumidor, a data e a hora da saída, ainda que no verso do cupom.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

31. Com relação à *Taxa Judiciária*, assinale a afirmativa correta.

- (A) Em mandado de segurança, é devida a Taxa Judiciária, a menos que ele seja preventivo.
- (B) Em processo de desapropriação, a Taxa Judiciária é devida sobre o valor venal do imóvel respectivo.
- (C) A Taxa Judiciária, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas na lei, é calculada mediante a aplicação da alíquota de 2% sobre o valor do pedido.
- (D) A fiscalização da Taxa Judiciária será exercida pelos representantes do Ministério Público.
- (E) Nas execuções fiscais, a Taxa Judiciária será de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do débito, na data de sua liquidação.

32. Com relação à *substituição tributária*, analise as afirmativas a seguir:

- I. Na substituição tributária para frente, resta obedecido o princípio da não-cumulatividade.
- II. A base de cálculo do ICMS devido por substituição tributária é, caso exista, o preço final ao consumidor sugerido pelo fabricante ou importador.
- III. O regime de substituição tributária não se aplica à transferência para outro estabelecimento, inclusive varejista, do sujeito passivo por substituição.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

33. Segundo a Lei nº 2.877/97, com relação a um veículo novo adquirido em 20 de abril de 2009 e a um veículo usado (ano de fabricação: 2000) sinistrado em 25 de maio de 2009 (perda total), é correto afirmar, respectivamente, que:

- (A) o proprietário obriga-se ao pagamento do valor correspondente a 9/12 do IPVA/2009 / não tem direito à devolução alguma (veículo sinistrado), pois o IPVA/2009 foi pago anteriormente ao sinistro.
- (B) o proprietário obriga-se ao pagamento do valor correspondente a 9/12 do IPVA/2009 / tem direito à devolução (veículo sinistrado), tenha ou não pagado integralmente o IPVA/2009.
- (C) o proprietário obriga-se ao pagamento do valor correspondente a 9/12 do IPVA/2009 apenas no caso de tratar-se de importação de veículo / não tem direito à restituição, pois o fato gerador do imposto ocorreu em 1º de janeiro de 2009.
- (D) o proprietário obriga-se ao pagamento do valor integral do IPVA/2009, no caso de ser consumidor final / não tem direito à restituição, pois o fato gerador do imposto ocorreu depois de 1º de janeiro de 2009.
- (E) o proprietário obriga-se ao pagamento do valor integral do IPVA/2009, no caso de ser pessoa jurídica / tem direito à restituição total se pagou o IPVA/2009 integralmente e no prazo legal.

34. Analise as afirmativas a seguir:

- I. Os contribuintes substitutos tributários em caráter permanente, localizados no Estado do Rio de Janeiro, devem elaborar e apresentar a Guia Nacional de Informação e Apuração do ICMS – Substituição Tributária (GIA-ST) à repartição fiscal de sua circunscrição.
- II. Estão desobrigados da entrega da Guia de Informação e Apuração do ICMS (GIA-ICMS) os estabelecimentos de empresa optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições - Simples Nacional.
- III. A Guia Nacional de Informação e Apuração do ICMS - Substituição Tributária (GIA-ST) deve ser elaborada e entregue mensalmente, ainda que não tenham ocorrido operações sujeitas à substituição tributária em favor do Estado do Rio de Janeiro.

Assinale:

- (A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (B) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- (C) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

35. Com relação ao Fiscal de Rendas da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, *no exercício de sua função*, assinale a alternativa correta.

- (A) É a autoridade competente para a fiscalização do ICMS e das receitas não-tributárias decorrentes da exploração de recursos hídricos e minerais, inclusive petróleo e gás natural.
- (B) Tem livre acesso a qualquer local em que deva exercer a fiscalização do imposto, bastando a apresentação de sua carteira funcional e do despacho da autoridade que determinou a sua realização.
- (C) Pode requisitar diretamente o auxílio da autoridade policial, apenas na hipótese de ser alvo do crime de desacato por representante do contribuinte ou quando necessária a efetivação de medida acauteladora de interesse do fisco.
- (D) É a autoridade competente para efetivar arbitramento do montante das operações ou das prestações tributáveis, devendo calcular o ICMS, no caso de ser conhecido somente o valor das saídas havidas no período, com base naquele valor e considerando-se crédito de 50% (cinquenta por cento) do mesmo.
- (E) Não pode retirar livros e documentos do contribuinte do local onde se encontrarem, exceto para constituir prova de infração à legislação, expedindo, neste caso, o competente termo de apreensão.

36. Assinale a alternativa que indique a operação comercial em que a alíquota do ICMS é menor que 7% (sem considerar o adicional destinado ao Fundo de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais).

- (A) Operação interna, em hipótese alguma, por expressa norma constitucional proibitiva.
- (B) Operação com material ou equipamento especializado para pessoas portadoras de deficiência física e medicamentos para os doentes renais crônicos e transplantados.
- (C) Operação com arroz e feijão.
- (D) Operação com gás natural veicular (GNV) e óleo diesel, quando consumidos no transporte de passageiros por ônibus urbano, bem como no transporte de passageiros do sistema hidroviário (aquaviário).
- (E) Operação com energia elétrica, até o consumo de 300 quilowatts/hora mensais.

37. Segundo a Lei 2657/96, “o ICMS não incide sobre operação de fornecimento de medicamento e refeição, por hospital,...”

Assinale a alternativa que complete **incorretamente** a hipótese de não incidência indicada no texto acima:

- (A) no próprio recinto ou, excepcionalmente, quanto aos medicamentos, no domicílio do paciente.
- (B) sob orientação médica.
- (C) ao paciente, extensivo ao acompanhante.
- (D) desde que seus valores se incluam na respectiva conta de prestação de serviço.
- (E) casa de saúde e de recuperação ou repouso.

38. Assinale a alternativa que indique o *livro destinado aos contribuintes* que estão sujeitos apenas à legislação do ICMS e a correta referência ao respectivo *prazo de escrituração*.

- (A) Livro de Registro de Inventário, modelo 7 / a escrituração pode atrasar-se por 60 (sessenta) dias, contados da data do balanço, ou do último dia do ano civil, se a empresa não mantiver escrita contábil.
- (B) Livro de Registro de Controle da Produção e do Estoque, modelo 3 / a escrituração pode atrasar-se por 15 (quinze) dias.
- (C) Livro de Movimentação de Combustíveis (LMC) / a escrituração pode atrasar-se por até 15 (quinze) dias.
- (D) Livro de Registro de Saídas, modelo 2-A / a escrituração pode atrasar-se por até 5 (cinco) dias.
- (E) Livro de Registro de Entradas, modelo 1 / a escrituração pode atrasar-se por 5 (cinco) dias.

39. *Sociedade empresarial 'X', contribuinte do ICMS, apropriou, durante o exercício de 2008, créditos do imposto relativos a entradas de determinadas mercadorias, os quais foram considerados indevidos pela fiscalização.*

A esse respeito, analise as afirmativas a seguir:

- I. Os créditos eram referentes a bens destinados ao uso e consumo do estabelecimento.
- II. Os créditos eram referentes a mercadorias que se destinaram à integração ou consumo em processo de industrialização de produtos, cujas saídas resultantes gozam de isenção do ICMS.
- III. Os créditos eram referentes a produtos que se deterioraram ou extraviaram.
- IV. Os créditos eram referentes a operações tributadas (praticadas por Sociedade empresarial 'X'), posteriores a saídas isentas de produtos agropecuários, e correspondiam ao imposto cobrado nas operações anteriores a estas.
- V. Os créditos eram referentes à importação de mercadorias, e a apropriação dos créditos se deu no período de apuração em que ocorreu o recolhimento do imposto incidente, tendo a entrada efetiva das mercadorias ocorrido no período seguinte.

Assinale a quantidade de afirmativas que justifiquem a **glosa** dos créditos promovida pela fiscalização.

- (A) Uma.
- (B) Duas.
- (C) Três.
- (D) Quatro.
- (E) Cinco.

40. Com relação à *prestação de serviço de televisão por assinatura*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Incide o ICMS, que, opcionalmente, é apurado pela aplicação da alíquota vigente sobre uma base de cálculo reduzida, de forma que a carga tributária efetiva resulte no percentual de 10% (dez por cento).
- (B) A opção pela base de cálculo reduzida deve ser feita para cada ano civil (mediante comunicação à repartição fiscal de circunscrição) e veda o aproveitamento de qualquer crédito fiscal.
- (C) Incide o ICMS, e o contribuinte obriga-se a incluir, na base de cálculo do imposto, os valores correspondentes a serviços prestados de acesso, adesão, ativação, habilitação, outros suplementares e facilidades adicionais, independentemente da denominação que lhes seja dada.
- (D) Incide o ICMS, e as empresas prestadoras de serviço de televisão por assinatura, que optarem pela redução da base de cálculo, podem se debitar do imposto pela aplicação direta da alíquota efetiva sobre o valor da assinatura.
- (E) As empresas prestadoras de serviço de televisão por assinatura, que optarem pela redução da base de cálculo, ficam dispensadas de emitir Nota Fiscal de Serviço de Comunicação, modelo 21.

41. Podem ser utilizados para fins de aquisição de insumos os *saldos credores acumulados*:

- (A) decorrentes de operação ou prestação com alíquota diferenciada, no caso de a norma que concede o benefício autorize, expressamente, a manutenção integral do crédito do imposto, pelo próprio ou por outro estabelecimento do detentor, ou por terceiros.
- (B) decorrentes de importação, pelo próprio ou por outro estabelecimento do detentor.
- (C) decorrentes de operação ou prestação efetuada com redução da base de cálculo, no limite de 30% do valor total da respectiva operação, apenas pelo próprio estabelecimento detentor.
- (D) decorrentes de exportação, pelo próprio ou por outro estabelecimento do detentor ou por terceiros.
- (E) decorrentes de exportação, por estabelecimento da mesma empresa, ou de outra, em retransferência, inclusive para o de origem.

42. Designa-se *Código Tributário do Estado do Rio de Janeiro*:

- (A) a Lei Complementar nº 87/96.
- (B) a Lei nº 2.657/96.
- (C) o Decreto-lei nº 5/75.
- (D) o Decreto nº 27.427/2000.
- (E) a Lei nº 2.877/97.

43. A sociedade empresarial “A” adquiriu um bem destinado ao seu ativo permanente, em junho de 2000, tendo apropriado regularmente o respectivo crédito do ICMS.

Com relação ao *creditamento em referência*, assinale a alternativa correta.

- (A) O valor do crédito foi apropriado imediata e integralmente pelo valor destacado no documento fiscal relativo à aquisição, tendo sido estornado o montante correspondente a 20% por ano até completar 5 (cinco) anos, porquanto a sociedade empresarial “A” alienou o bem antes de findo o quinquênio.
- (B) O valor do crédito foi apropriado parceladamente e na proporção da vida útil do bem adquirido, durante cinco anos, tendo sido a primeira parcela no mês de sua aquisição.
- (C) O valor do crédito foi apropriado em 20 (vinte) parcelas iguais e consecutivas, tendo a sociedade empresarial “A” cancelado o saldo remanescente ao fim daquele período.
- (D) O valor do crédito foi apropriado proporcionalmente à vida útil do bem adquirido, pelo valor destacado no documento fiscal relativo à aquisição, inexistindo qualquer obrigatoriedade de estorno posterior.
- (E) O valor do crédito foi apropriado em parcelas mensais, durante os três anos seguintes ao da aquisição do bem, tendo sido estornado o montante correspondente à utilização do bem na produção de mercadorias cujas saídas foram alcançadas por isenção e diferimento do ICMS.

44. Com relação à *base de cálculo do ICMS*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Fornecimento de alimentação e bebida em bares, restaurantes e estabelecimentos similares. Base de cálculo = valor total da operação (fornecimento e serviços).
- (B) Fornecimento de mudas de plantas pelo prestador de serviço de florestamento e reflorestamento. Base de cálculo = preço corrente da mercadoria fornecida.
- (C) Mercadoria constante do estoque final, na data do encerramento da atividade do estabelecimento. Base de cálculo = valor do custo de aquisição mais recente, acrescido de 50% (cinquenta por cento).
- (D) Importação de mercadorias. Base de cálculo = soma das seguintes parcelas: valor das mercadorias + valor do imposto de importação e do IPI + imposto sobre operação de câmbio + quaisquer outros impostos, taxas, contribuições e despesas aduaneiras, assim entendidos os valores pagos ou devidos à repartição alfandegária até o momento do desembaraço da mercadoria.
- (E) Entrada no território do estado do Rio de Janeiro de petróleo, inclusive combustíveis e lubrificantes, destinado ao consumo pelo comprador, decorrente de operações interestaduais. Base de cálculo = valor da operação de que decorrer a entrada.

45. Não integram a *base de cálculo do ICMS* os valores correspondentes:

- (A) ao montante do próprio imposto (ICMS) e também do IPI relativo a produto destinado à industrialização ou à comercialização, em operação que configure fato gerador de ambos os impostos.
- (B) a seguro, juro e qualquer importância paga, recebida ou debitada.
- (C) aos descontos concedidos sob condição.
- (D) ao frete, quando o transporte for efetuado pelo próprio remetente, ou por sua conta e ordem, e seja cobrado em separado.
- (E) aos encargos financeiros acrescidos ao preço a vista, na venda a crédito e na realizada por sistema de cartão de crédito próprio, efetuadas por estabelecimentos varejistas a consumidor final, sem intervenção de instituição financeira.

46. O uso de *Equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF)* não é obrigatório para:

- (A) o contribuinte, pessoa física ou jurídica, com receita bruta anual superior a R\$ 120.000,00.
- (B) os restaurantes e estabelecimentos similares;
- (C) o estabelecimento de prestação de serviços, em que o tomador seja pessoa jurídica não contribuinte do ICMS;
- (D) o estabelecimento que exerça atividade de venda ou revenda de mercadorias ou bens;
- (E) as empresas de prestação de serviço de transporte intermunicipal, interestadual e internacional de passageiros, quando o bilhete de passagem é emitido por sistema eletrônico de processamento de dados;

47. Com relação à *impressão e emissão simultânea de documentos fiscais*, analise as afirmativas a seguir:

- I. A utilização do sistema de impressão e emissão simultânea de documentos fiscais depende de concessão de regime especial, salvo se os formulários de segurança forem adquiridos de fabricantes devidamente credenciados junto à COTEP/ICMS.
- II. É condição para uso do sistema de impressão e emissão simultânea de documentos fiscais o emprego de papel com dispositivos de segurança, denominado formulário de segurança.
- III. Entende-se como impressão e emissão simultânea a impressão do formulário ao mesmo tempo em que é emitido o correspondente documento fiscal por meio de computador e impressora de não impacto, usando papel em branco.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

48. Com relação à *inscrição no Cadastro Estadual*, analise as afirmativas a seguir:

- I. O escritório de empresa, com estabelecimento inscrito neste Estado, que adquira mercadoria proveniente de outra unidade da Federação, destinada a consumo ou a ativo fixo, está obrigado à inscrição no Cadastro de Pessoa Jurídica, antes do início de suas atividades.
- II. O estabelecimento de qualquer sociedade empresarial, localizado no estado do Rio de Janeiro, pode obter inscrição facultativa no Cadastro de Pessoa Jurídica.
- III. A inscrição do contribuinte no cadastro (CAD – ICMS) pode ser cancelada, a qualquer momento e sem a garantia ao direito do contraditório e à ampla defesa, em face da inatividade do estabelecimento para a qual foi a mesma obtida.

Assinale:

- (A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (B) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- (C) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

49. Com relação aos *documentos fiscais*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O Resumo de Movimento Diário e a Relação de Despachos não são espécies de documentos fiscais a serem utilizados pelos contribuintes.
- (B) É considerado inidôneo, para todos os efeitos fiscais, o documento fiscal que seja emitido além da data-limite, que é de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data do deferimento da Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (AIDF), em se tratando de Conhecimento de Transporte Aquaviário de Cargas, modelo 9.
- (C) O documento fiscal que tiver sido escriturado no livro fiscal próprio, ou que tiver dado trânsito à mercadoria, não pode ser cancelado.
- (D) Quando a operação ou prestação for beneficiada por isenção, ou amparada por imunidade, não incidência, diferimento ou suspensão da incidência do ICMS, ou, ainda, quando o imposto houver sido pago por antecipação, essa circunstância será mencionada em todas as vias do documento fiscal, com indicação do dispositivo pertinente da legislação, ainda que por meio de código.
- (E) O documento fiscal deve ser numerado, por espécie, em todas as vias, em ordem crescente de 1 a 999.999, e enfileirados em blocos uniformes de 20 (vinte), no mínimo, ou de 50 (cinquenta), no máximo.

50. Assinale a afirmativa que contenha regra atinente à *operação realizada fora do estabelecimento*.

- (A) O IPI deve ser destacado antecipadamente pelo vendedor por ocasião da venda, e o ICMS deve ser recolhido por ocasião da efetiva saída das mercadorias.
- (B) A Nota Fiscal, emitida para acobertar a saída de mercadoria destinada à realização de operação fora do estabelecimento, tem prazo de validade de 3 (três) dias corridos, quando remetente e destinatário estiverem localizados no mesmo município ou em municípios limítrofes, ou de 5 (cinco) dias, nos demais casos.
- (C) O contribuinte, na saída da mercadoria, deve emitir nota fiscal, na qual será feita a indicação dos números e respectivas séries e subséries, caso se trate de Nota Fiscal, modelo 1 ou Nota Fiscal de Venda a Consumidor, modelo 2, respectivamente, a serem emitidas por ocasião da entrega das mercadorias.
- (D) Fica dispensada a escrituração, nos livros fiscais, do documento emitido por ocasião da saída das mercadorias, devendo o mesmo ser arquivado em ordem cronológica e mantido no estabelecimento à disposição do Fisco.
- (E) O contribuinte deve manter em seu estabelecimento, à disposição da fiscalização, os talonários de numeração imediatamente anterior à dos que estiverem sendo utilizados.

51. O ICMS é devido ao Estado do Rio de Janeiro, na prestação de serviço:

- (A) de transporte, iniciado em município do Estado de São Paulo e dirigido a município do Estado do Rio de Janeiro, de mercadoria destinada à comercialização neste Estado.
- (B) de comunicação, no caso de serviços não medidos, que envolvam localidade de outra unidade da Federação e cujo preço seja cobrado por períodos definidos, cabendo integralmente o imposto ao Estado do Rio de Janeiro.
- (C) de comunicação, se onerosa, prestada ou iniciada no exterior e o destinatário tiver estabelecimento ou domicílio no Estado do Rio de Janeiro.
- (D) de comunicação ou na operação que destine ao exterior uma mercadoria ou um serviço.
- (E) de transporte de móveis pertencentes à própria empresa transportadora, iniciado em município do Estado do Rio de Janeiro, com destino a município do Estado do Espírito Santo.

52. Com relação à *Taxa de Serviços Estaduais (TSE)*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O não-pagamento, total ou parcial, da TSE, sujeita o infrator à multa correspondente a 100% (cem por cento) do valor do tributo não pago.
- (B) É devida a TSE pelo contribuinte autuado, quando da apresentação de defesa a auto de infração, como também de recurso à segunda instância administrativa.
- (C) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as respectivas autarquias e fundações são isentos do pagamento da TSE, desde que, em suas legislações, dispensem ao Estado do Rio de Janeiro e suas autarquias e fundações o mesmo tratamento tributário.
- (D) A lei instituidora da TSE exclui da incidência do tributo a expedição de 2ª via da carteira de identidade.
- (E) A TSE tem que ser paga antes da ocorrência do fato gerador.

53. Com relação ao *Fundo de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (FCPDS)*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O FCPDS tem previsão original no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta de 1988.
- (B) O adicional de um ponto percentual à alíquota do ICMS para cálculo do montante a financiar o FCPDS vigorará até 31 de dezembro de 2010, inclusive os quatro pontos percentuais aplicáveis, quando se trata de operação com energia elétrica e de prestação de serviços de comunicação.
- (C) As doações, de qualquer natureza, por pessoa física ou jurídica, desde que contribuinte do imposto, além da incidência do adicional de um ou quatro pontos percentuais à alíquota do ICMS, compõem o FCPDS.
- (D) O adicional de pontos percentuais à alíquota do ICMS destinado ao FCPDS não incidirá sobre as atividades inerentes às microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas de pequeno porte, bem assim sobre gás liquefeito de petróleo (gás de cozinha) e sobre consumo residencial de telefonia fixa até o valor de uma vez e meia a tarifa básica.
- (E) Os recursos do FCPDS devem ser aplicados, prioritariamente, nas ações de política de planejamento familiar, em programas de educação sexual e urbanização de morros e favelas.

54. *O desembaraço aduaneiro de certa mercadoria deu-se no Estado de São Paulo, o estabelecimento importador situa-se no Estado do Rio de Janeiro e os produtos foram entregues diretamente a uma terceira empresa localizada no Estado de Minas Gerais.*

O ICMS devido pela importação, segundo a Lei Complementar nº. 87/96, cabe:

- (A) a nenhum dos três Estados, pois não incide o ICMS na espécie, por tratar-se de mercadoria destinada ao ativo permanente do importador.
- (B) ao Estado de São Paulo, pois foi onde ocorreu o desembaraço da mercadoria importada.
- (C) ao Estado do Rio de Janeiro, pois é onde se encontra o estabelecimento importador.
- (D) metade do valor ao Estado do Rio de Janeiro e a outra metade ao Estado de Minas Gerais.
- (E) ao Estado de Minas Gerais, pois foi onde ocorreu a entrada física da mercadoria.

55. Considere os serviços de transporte discriminados a seguir:

- I. transporte alternativo.
- II. transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiro.
- III. transporte ferroviário de passageiro.

Numere os parênteses de acordo com os serviços de transporte apresentados acima.

- () O ICMS é devido por estimativa, mediante a aplicação da alíquota de 5% sobre o valor da prestação do serviço, acrescido de todos os encargos relacionados com a sua utilização.
- () O ICMS é devido por estimativa mensal de valor fixo (em substituição ao regime normal de apuração do ICMS), aplicada por veículo e por mês.
- () O Poder Executivo é autorizado a subsidiar a concessão do serviço, na forma do que dispuser o Edital, a proposta vencedora, o contrato de concessão e as leis orçamentárias anuais.
- () Segundo a Lei n. 3.473/2000, o serviço é regulamentado por ato do Poder Executivo.
- () A empresa prestadora fica dispensada do cumprimento das obrigações acessórias do ICMS, exceto com relação à inscrição, à entrega da declaração destinada à apuração dos índices de participação dos municípios e demais documentos de interesse econômico-fiscal.

Assinale a alternativa que corresponde, de cima para baixo, à correta ordem numérica.

- (A) III, II, III, I e III.
- (B) III, III, II, I e II.
- (C) II, III, III, II e III.
- (D) II, II, III, III e I.
- (E) I, II, III, I e II.

56. O Fiscal de Rendas lavrou, no dia 31 de julho de 2009, sexta-feira, auto de infração face à sociedade empresarial 'A', tendo dado ciência ao contribuinte no mesmo dia e entregue cópia do lançamento ao seu representante legal.

A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) Não será admitida a impugnação que o contribuinte vier a apresentar sem o comprovante do pagamento da Taxa de Serviços Estaduais, apenas no caso de a exigência consubstanciada no auto de infração haver-se gerado frente à ocorrência de sonegação fiscal.
- (B) O débito objeto do auto de infração poderá ser saldado com redução de 15% (quinze por cento) no valor da multa se o contribuinte fizer o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ciência do julgamento de primeira instância que negou provimento, total ou parcial, à impugnação que ele vier a apresentar.
- (C) No caso de o contribuinte impugnar, no prazo de 30 (trinta) dias, o auto de infração, o respectivo processo, após a juntada da peça defensiva, deverá ser encaminhado ao fiscal atuante, ou seu substituto, para contestação.
- (D) O Fiscal de Rendas dispõe de prazo até 04 de agosto de 2009 para proceder à entrega do auto de infração, na repartição competente.
- (E) O auto de infração seria nulo se o representante legal do contribuinte tivesse se negado a acusar seu recebimento.

57. Com relação aos crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, segundo a Lei nº. 8.137/90, analise as afirmativas a seguir:

- I. Extingue-se a punibilidade quando o agente promover o pagamento do tributo ou contribuição social, inclusive acessórios, antes do recebimento da denúncia.
- II. Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante a conduta do sujeito passivo de negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal, ou documento equivalente, relativa à venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação.
- III. Constitui crime contra a ordem econômica vender mercadorias abaixo do preço de custo com o fim de impedir a concorrência.
- IV. Quem, de qualquer modo, inclusive por meio de pessoa jurídica, concorrer para os crimes nela definidos, incide nas penas a estes cominadas, na medida de sua culpabilidade.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II, III e IV estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

58. Com relação às normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), analise as afirmativas que se seguem:

- I. As disposições da LRF obrigam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, aí não compreendidos fundos, autarquias e fundações.
- II. Para os efeitos da LRF, constitui empresa controlada a sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação.
- III. Segundo a LRF, é vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.
- IV. A LRF prevê restrições para a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita.

Assinale:

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e IV estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I, II e III estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas II, III e IV estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

59. Com relação às receitas não-tributárias decorrentes da exploração de recursos hídricos e minerais, inclusive petróleo e gás natural, analise as afirmativas que se seguem:

- I. Constituem receita originária do estado do Rio de Janeiro as receitas não tributárias caracterizadas como compensações e participações financeiras constitucionalmente previstas.
- II. O pagamento das participações ou das compensações financeiras decorrentes da exploração de recursos hídricos, efetuado espontaneamente, mas fora do prazo legal, deve ter seu valor corrigido monetariamente (UFIR-RJ), acrescido de juros de mora de 1% ao mês de atraso e multa de 10% sobre o montante final apurado.
- III. O lançamento das receitas não tributárias, dos acréscimos ou das penalidades decorrentes de infração à legislação de regência será efetuado por meio de auto de infração ou nota de lançamento.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

60. Com relação ao *Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Das decisões do Conselho Pleno e das Câmaras isoladas desfavoráveis à Fazenda, cabe recurso para o Secretário de Estado de Fazenda, quando, acordadas por menos de 3/4 (três quartos) de seus membros, for contrária à legislação tributária ou à evidência da prova constante no processo.
- (B) O Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro é competente para decidir, em instância única, impugnação a auto de infração envolvendo exigência de receita não tributária decorrente da exploração de recursos hídricos e minerais.
- (C) O Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro é composto de 16 (dezesesseis) membros denominados Conselheiros, cujo mandato é de 2 (dois) anos, permitida a recondução.
- (D) Compete a uma das Câmaras do Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro, por livre distribuição, decidir os recursos de ofício interpostos pelas Turmas Julgadoras da Junta de Revisão Fiscal e os recursos voluntários apresentados pelo sujeito passivo, contra decisão da primeira instância administrativa.
- (E) As Câmaras isoladas, em número de 4 (quatro), somente deliberam com a totalidade de seus membros.

Contabilidade Geral e de Custos

61. A *Cia. Ametista* apresentou os seguintes saldos referentes ao ano de 2008:

Vendas:.....	\$1.000.000
Custo das Mercadorias Vendidas:.....	\$520.000
Despesas Administrativas:.....	\$90.000
Dividendos:.....	\$90.000
Devolução de Vendas:.....	\$60.000
Despesas Financeiras:.....	\$250.000
Receitas Financeiras:.....	\$120.000
Abatimentos sobre Vendas:.....	\$50.000
Reserva de Contingências:.....	\$30.000
Reversão da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:.....	\$40.000

Assinale a alternativa que indique o *lucro líquido* apresentado pela *Cia. Ametista* relativo ao ano de 2008.

- (A) \$ 100.000.
 (B) \$ 110.000.
 (C) \$ 160.000.
 (D) \$ 190.000.
 (E) \$ 80.000.

62. A *Cia. Esmeralda* apresenta os seguintes saldos referentes ao ano de 2008:

Vendas brutas:.....	\$90.000
Impostos sobre operações financeiras:.....	\$10.000
Imposto predial da fábrica:.....	\$5.000
Comissão de vendas:.....	\$4.000
Devolução de vendas:.....	\$2.000
Devolução de compras:.....	\$6.000
IPI nas compras:.....	\$20.000
ICMS sobre vendas:.....	\$20.000
Ajuste a valor presente das Duplicatas a Receber de Clientes:.....	\$8.000
Ajuste a valor presente de Contas a Pagar:.....	\$1.000

Considerando que a *Cia. Esmeralda* não é contribuinte do IPI, mas é contribuinte dos impostos estaduais e municipais, e considerando que a *Cia. Esmeralda* adota o CPC 12, aprovado pelo CFC, assinale a alternativa que indique o *valor da Receita Líquida* apurada em 2008.

- (A) \$ 70.000. (B) \$ 56.000.
 (C) \$ 68.000. (D) \$ 64.000.
 (E) \$ 60.000.

63. Em 31/12/2008, a *Cia. Itu* tinha em seu estoque 8 unidades da mercadoria *k*, sendo seu estoque avaliado por \$ 640.

Durante o mês de janeiro de 2009, a *Cia. Itu* realizou as seguintes operações:

- I. Compra de 12 unidades de *k* pelo valor total de \$ 1.020. O frete de \$ 200 é pago pelo fornecedor.
- II. Compra de 15 unidades de *k* pelo valor total de \$ 1.350. O frete de \$ 150 é pago pelo comprador.
- III. Venda de 25 unidades de *k* por \$100 cada.
- IV. Compra de 10 unidades de *k* pelo valor total de \$ 850. O frete de \$ 100 é pago pelo comprador.
- V. Venda de 13 unidades de *k* por \$ 110 cada.

Em 31/01/2009, os valores aproximados de estoque final, de acordo com os métodos PEPS e Custo Médio Ponderado Móvel, foram respectivamente:

- (A) \$ 595 e \$ 599. (B) \$ 595 e \$ 619.
 (C) \$ 665 e \$ 649. (D) \$ 510 e \$ 649.
 (E) \$ 510 e \$ 619.

64. No ano de 2008, a *Cia. Cotia* produziu 248 unidades do **produto C** a um custo total de \$ 124.000. Considerando o custo unitário variável de \$ 420 e o preço de venda unitário de \$ 580, indique a quantidade do **produto C** que a empresa deve produzir e vender por ano, antes do Imposto de Renda e Contribuição Social, para que seja alcançado seu Ponto de Equilíbrio Contábil.

- (A) 104 unidades. (B) 108 unidades.
 (C) 116 unidades. (D) 136 unidades.
 (E) 124 unidades.

65. A *Cia. Topázio* apresentou o seguinte Balanço em 31.12.2008:

ATIVO	
Disponibilidades	180.000
Clientes	100.000
Seguros Antecipados	20.000
Investimentos – Cia. Alfa	100.000
Equipamentos	200.000
Total	600.000
PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Financiamentos	310.000
Capital Social	290.000
Total	600.000

As seguintes operações ocorreram durante o ano de 2009:

- I. a empresa auferiu receitas de vendas no valor de \$ 600.000, integralmente recebidas.
- II. a empresa incorreu em despesas operacionais no valor de \$ 250.000, que serão pagas no período seguinte.
- III. os equipamentos são depreciados à taxa de 10% ao ano, sem considerar valor residual.
- IV. a *Cia. Alfa*, em que a *Cia. Topázio* tem 100% de participação, gerou um lucro de \$10.000.
- V. metade do saldo inicial de caixa foi aplicada gerando um rendimento de 12% durante o ano.
- VI. do saldo de clientes, 90% foram integralmente recebidos.
- VII. compra de um terreno por \$ 40.000 à vista.
- VIII. os financiamentos consumiram encargos de 10% sobre o saldo inicial, que foram pagos no período.
- IX. os seguros antecipados foram 100% apropriados ao resultado do período.

Dado que a empresa reconhece como operacionais as opções existentes no CPC 03, aprovado pelo CFC, assinale a alternativa que indique o *valor do caixa* gerado pela atividade operacional da empresa durante o ano de 2009.

- (A) \$ 649.800.
- (B) \$ 669.800.
- (C) \$ 690.000.
- (D) \$ 849.800.
- (E) \$ 870.000.

66. O contador da *Cia. Quartzosa Rosa* incorreu em um erro no reconhecimento da apropriação da receita de juros sobre o investimento em debêntures, deixando de contabilizar a receita de juros no ano corrente.

Antes que qualquer ajuste seja efetuado, esse **erro** gera o seguinte efeito no patrimônio da empresa:

- (A) subavaliação do ativo, do lucro líquido e do patrimônio líquido.
- (B) subavaliação do passivo, do patrimônio líquido e do lucro líquido.
- (C) superavaliação do ativo, do lucro líquido e do patrimônio líquido.
- (D) superavaliação do passivo, do patrimônio líquido e do lucro líquido.
- (E) subavaliação do ativo e do resultado e superavaliação do patrimônio líquido.

67. A *Cia. Rubi* efetuou as seguintes operações durante o ano de 2009:

Vendas:.....	\$100.000
Consumo de materiais adquiridos de terceiros:.....	\$20.000
Receitas financeiras:.....	\$8.000
Despesas de aluguel:.....	\$2.000
Receitas de aluguel:.....	\$1.000
Pagamento de salários:.....	\$24.000
Despesa financeira:.....	\$5.000
Impostos pagos:.....	\$2.000
Juros sobre capital próprio:.....	\$10.000
Despesa de depreciação:.....	\$5.000
Dividendos:.....	\$2.000
Despesa de seguros:.....	\$4.000
Serviço de terceiros:.....	\$12.000
Provisão para créditos de liquidação duvidosa:.....	\$3.000

Em 31.12.2009, o *valor adicionado a distribuir* da *Cia. Rubi* será de:

- (A) \$ 65.000.
- (B) \$ 68.000.
- (C) \$ 63.000.
- (D) \$ 69.000.
- (E) \$ 72.000.

68. A *Cia. Três Corações* abriu seu capital em 2008, por meio de emissão de títulos patrimoniais, autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários.

A empresa incorreu em \$ 2.000.000 de custos de transação diretamente atribuíveis à emissão efetuada.

De acordo com o CPC 08, aprovado pelo CFC, esse valor deve ser reconhecido como:

- (A) Despesa Financeira.
- (B) Ativo Intangível.
- (C) Ativo Diferido.
- (D) Redutor do Patrimônio Líquido.
- (E) Despesa Antecipada.

69. A *Cia. Turquesa* realizou as seguintes operações em 2009:

- I. Compra de estoques a prazo: \$ 100.000, tributada pelo ICMS em 18%;
- II. Venda de 80% das unidades compradas. A receita de vendas somou \$ 150.000, a prazo.

Em 31.12.2009, o *lucro líquido* e o *ICMS a recolher* serão, respectivamente:

Obs.: considere a alíquota do ICMS em 18% e ignore o IR.

- (A) \$ 57.400 e \$ 9.000.
- (B) \$ 23.000 e \$ 18.000.
- (C) \$ 41.000 e \$ 27.000.
- (D) \$ 57.400 e \$ 18.000.
- (E) \$ 23.000 e \$ 27.000.

70. Em 01.04.2009, a *Cia. Platina* adquiriu um equipamento para ser utilizado em sua fábrica no valor de \$ 113.000.

Os seguintes custos adicionais são diretamente relacionados ao ativo:

Frete:	\$5.000;
Seguro do transporte:	\$2.000;
Seguro anual:	\$12.000.

O equipamento tem vida útil estimada em 12 anos. Após esse período, o valor residual é estimado em zero.

Para atendimento do CPC 01, aprovado pelo CFC, deve ser efetuada em 31.12.2009 a avaliação do valor recuperável do ativo.

As informações obtidas nesta data são as seguintes:

Valor líquido de venda:	\$90.000;
Valor presente dos benefícios futuros em uso:	\$140.000.

Em 31.12.2009, o *valor líquido do equipamento* que deve ser apresentado no Balanço Patrimonial da *Cia. Platina* será:

- (A) \$ 120.063.
- (B) \$ 112.500.
- (C) \$ 111.500.
- (D) \$ 140.000.
- (E) \$ 90.000.

71. A *Cia. Turfa* efetuou as seguintes operações em 2008:

Receitas operacionais:	\$ 500.000
Despesas de salários (totalmente dedutíveis):	\$ 100.000
Despesas administrativas (totalmente dedutíveis):	\$ 200.000

Do total das Receitas, 15% são auferidas de instituições governamentais e ainda não foram recebidas.

Além das despesas de salários e administrativas, foram provisionadas contingências trabalhistas no valor de \$ 40.000. Desse montante foi efetuado um depósito judicial de \$ 20.000.

Considerando que a alíquota do Imposto de Renda e da Contribuição Social (somadas) é de 34%, assinale a alternativa que indique, respectivamente, os saldos ativos e passivos do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos.

Obs.: A empresa reconhece de forma plena o efeito sobre variações temporárias.

- (A) zero e \$ 42.500.
- (B) \$ 6.800 e zero.
- (C) \$ 11.900 e zero.
- (D) \$ 13.600 e \$ 25.500.
- (E) \$ 6.800 e \$ 25.500.

72. A *Cia. Turmalina* apresentou os seguintes saldos em 2008:

Aquisição de Matérias Primas:	\$57.000
Saldo Inicial do Inventário de Produtos Acabados:	\$30.000
Consumo de Matérias Primas no período:	\$87.200
Saldo Inicial de Inventário de Produtos em Processo:	\$26.800
Mão de Obra Direta consumida no período:	\$73.200
Custos Indiretos de Fabricação:	\$36.800
Despesas de Propaganda:	\$25.000
Saldo Final do Inventário de Produtos Acabados:	\$21.200
Saldo Final de Inventário de Produtos em Processo:	\$14.400

Assinale a alternativa que indique o *valor dos Custos dos Produtos Vendidos*, que deverá ser apresentado na Demonstração do Resultado de 2008.

- (A) \$ 108.400.
- (B) \$ 188.200.
- (C) \$ 218.400.
- (D) \$ 243.400.
- (E) \$ 213.200.

73. Para efetuar o estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da entidade, segundo a Resolução n.º 953/03 do CFC, o auditor deve considerar os seguintes aspectos, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) O tamanho e a complexidade das atividades da entidade.
- (B) O grau de desenvolvimento da auditoria interna, se existente, e as áreas sem risco de auditoria.
- (C) A natureza da documentação, em face dos sistemas de informatização adotados pela entidade.
- (D) O grau de descentralização de decisão adotado pela administração da entidade.
- (E) Os sistemas de informação contábil para efeitos tanto internos quanto externos.

74. As questões que afetam a forma e o conteúdo dos papéis de trabalho, conforme prevê a norma pertinente do CFC, estão indicadas nas alternativas a seguir, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) A natureza do trabalho.
- (B) A natureza e a complexidade da atividade da entidade.
- (C) As evidências e a avaliação dos riscos de auditoria.
- (D) A direção, a supervisão e a revisão do trabalho executado pela equipe técnica.
- (E) A metodologia e a tecnologia utilizadas no curso dos trabalhos.

75. A Resolução CFC n.º 1035/05 relaciona os principais objetivos do planejamento da auditoria.

Com base na Resolução, assinale a alternativa que **não** compreenda um objetivo do planejamento.

- (A) Propiciar a coordenação do trabalho a ser efetuado por outros auditores independentes e especialistas.
- (B) Propiciar o cumprimento dos serviços contratados com a entidade dentro dos prazos e compromissos previamente estabelecidos.
- (C) Assegurar que as áreas importantes da entidade e os valores relevantes contidos em suas demonstrações contábeis recebam a atenção requerida.
- (D) Estabelecer a natureza, a oportunidade e a extensão dos exames a serem efetuados, em consonância com os termos constantes na sua proposta de serviços para a realização do trabalho.
- (E) Obter conhecimento das atividades da entidade, para identificar eventos e transações irrelevantes que afetem as demonstrações contábeis.

76. De acordo com a Resolução CFC n.º 986/03, com relação à *auditoria interna*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Compreende os exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente e de gerenciamento de riscos.
- (B) Está estruturada em procedimentos, com enfoque técnico, objetivo, sistemático e disciplinado, e tem por finalidade agregar valor ao resultado da organização.
- (C) Compreende, para fins de planejamento, os exames preliminares das áreas, atividades, produtos e processos que definem a amplitude e a época do trabalho a ser realizado.
- (D) Realiza exames e investigações, incluindo testes de observância e testes substantivos, que permitem obter subsídios suficientes para fundamentar as conclusões e recomendações à administração da entidade.
- (E) É fundamentada por informações denominadas de “referências”, que devem ser suficientes, fidedignas, relevantes e úteis, de modo a fornecer base sólida para as conclusões e recomendações à administração da entidade.

77. Segundo a Resolução CFC n.º 1035/05, o Planejamento da Auditoria Independente deve contemplar diversos procedimentos que permitam ao auditor obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas.

Quando for realizada, pela primeira vez, uma auditoria ou quando as Demonstrações Contábeis do exercício anterior tenham sido examinadas por outro auditor, a norma recomenda outros procedimentos além dos normalmente aplicados.

Assinale a alternativa que indique um desses *procedimentos adicionais*.

- (A) Obtenção de evidências suficientes de que os saldos de abertura do exercício não contenham representações errôneas ou inconsistentes que, de alguma maneira, distorçam as demonstrações contábeis do exercício atual.
- (B) Exame da adequação dos saldos de encerramento do exercício anterior com os saldos de abertura do exercício atual, observando-se as práticas contábeis geralmente aceitas.
- (C) Verificação se as práticas contábeis adotadas no atual exercício são uniformes com as adotadas no exercício anterior, sem desvio do objetivo primordial da empresa.
- (D) Identificação de fatos relevantes que possam afetar as atividades da entidade e sua situação patrimonial, financeira, operacional e contábil em estrita obediência às práticas contábeis geralmente aceitas.
- (E) Identificação de relevantes eventos subsequentes ao exercício anterior, revelados ou não-revelados, ocultos ou transparentes independentemente do seu valor.

78. A respeito de conceituação e objetivos da auditoria independente, analise as afirmativas a seguir:

- I. A auditoria das demonstrações contábeis constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de parecer sobre a sua adequação, consoante os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade e, no que for pertinente, à legislação específica.
- II. Na ausência de disposições específicas, prevalecem as práticas já consagradas pela profissão contábil, formalizadas ou não pelos seus organismos próprios.
- III. O auditor considera adequadas e suficientes, para o entendimento dos usuários, as informações divulgadas nas demonstrações contábeis, apenas em termos de conteúdo, salvo declaração expressa em contrário, constante do parecer.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

79. Avalie as seguintes situações:

- I. O auditor deve obter informações junto a pessoas ou entidades conhecedoras da transação, dentro ou fora da entidade.
- II. O auditor verifica o comportamento de valores significativos, mediante índices, quocientes, quantidades absolutas ou outros meios, com vistas à identificação de situação ou tendências atípicas.

Os procedimentos técnicos aplicáveis a essas situações são, respectivamente:

- (A) inspeção e investigação / inspeção dedutiva.
- (B) revisão e análise / confirmação analítica.
- (C) cálculo e observação / revisão confirmativa.
- (D) investigação e confirmação / revisão analítica.
- (E) revisão e observação / análise quantitativa.

80. A respeito do sistema contábil e de controles internos assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O sistema contábil e de controles internos compreende, entre outros, o plano de organização e o conjunto integrado de método e procedimentos adotados pela entidade na proteção de seu patrimônio.
- (B) O sistema contábil e de controles internos é de responsabilidade da administração da entidade; porém, o auditor deve efetuar sugestões objetivas para seu aprimoramento.
- (C) A avaliação do sistema contábil e de controles internos deve considerar o ambiente de controle existente na entidade e os procedimentos de controle adotados pela administração da entidade.
- (D) O auditor deve efetuar o estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos como base para determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, sem o grau de descentralização de decisão adotado pela administração da entidade.
- (E) A avaliação do ambiente de controle deve considerar a definição de funções de toda a administração, o processo decisório adotado, a estrutura organizacional, os métodos de delegação de autoridade e responsabilidade, as políticas de pessoal e segregação de funções e o sistema de controle da administração, incluindo as atribuições da auditoria interna, se existente.

Direito Tributário

81. A respeito dos denominados *acordos de bitributação* (Tratados Internacionais Bilaterais em Matéria de Imposto sobre a Renda) firmados pelo Brasil, assinale a afirmativa correta.

- (A) Submetem-se à lei interna brasileira sempre que com ela (lei interna) conflitarem.
- (B) Sobrepõem-se à lei interna, limitando a sua eficácia nas hipóteses previstas em seus dispositivos (dos acordos de bitributação).
- (C) Podem limitar as alíquotas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) nos casos de pagamentos de *royalties* ao exterior.
- (D) Ampliam a soberania tributária do Brasil sobre fatos econômicos que, na sua ausência, não seriam tributados.
- (E) Sobrepõem-se ao direito interno, inclusive em relação aos dispositivos constitucionais, pois contêm normas supranacionais.

82. Com relação ao tema *Obrigação Tributária*, considerando a existência da obrigação principal e das obrigações ditas acessórias, analise as afirmativas a seguir:

- I. As obrigações acessórias extinguem-se inexoravelmente por força do pagamento do tributo, não havendo que se falar, assim, em penalidade por seu descumprimento.
- II. As obrigações acessórias convertem-se em obrigação principal no caso de sua inobservância no que diz respeito à penalidade pecuniária.
- III. As obrigações acessórias correspondem às obrigações de fazer e não-fazer.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

83. Em relação à *fiscalização tributária*, analise as afirmativas a seguir:

- I. Determina o código tributário nacional que a autoridade administrativa que presidir quaisquer diligências de fiscalização deverá, preferencialmente, lavrar termo autônomo de início do respectivo procedimento, cuja cópia será entregue ao sujeito fiscalizado; caso haja recusa de recebimento do aludido termo pelo contribuinte, o início da ação fiscal há de ser certificado em um dos livros fiscais a serem exibidos na forma da legislação.
- II. Somente antes do início de qualquer procedimento de fiscalização é possível ao contribuinte se socorrer do benefício da denúncia espontânea, afastando-se a responsabilidade por infrações à legislação tributária, desde que haja o pagamento integral do tributo devido acrescido dos juros de mora.
- III. O artigo 195 do CTN reza que “para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibí-los”. Com base nesse dispositivo, o Supremo Tribunal Federal editou súmula de modo a consolidar o entendimento de que se sujeitam à fiscalização tributária ou previdenciária quaisquer livros comerciais, ilimitadamente, independentemente dos pontos objeto da investigação.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

84. Em relação à *competência tributária*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Corresponde à aptidão de que são dotados os entes políticos para editarem leis instituidoras de tributos.
- (B) É indelegável, salvo a atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos.
- (C) De acordo com os ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal, constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.
- (D) Seu não-exercício no tempo, pelo prazo de cinco anos contados da promulgação da Constituição, implica sua transferência para outro ente federativo, nos termos de Resolução a ser editada pelo Senado Federal.
- (E) A outorga de competências tributárias aos entes federativos afigura-se como pedra angular da forma federativa de Estado, caracterizado por entes políticos dotados de autonomia financeira.

85. A lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade, e que indique o período a que se refere o pedido.

O contribuinte pode, ainda, obter a chamada certidão positiva com efeito de negativa, nas seguintes situações, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Ajuizar ação anulatória acompanhada do depósito do montante integral do crédito tributário.
- (B) Ser considerado devedor de créditos ainda não vencidos.
- (C) Ser credor da Fazenda Pública.
- (D) Ter contra si ajuizada execução fiscal na qual tenha sido efetivada penhora.
- (E) Celebrar parcelamento da dívida.

86. De acordo com o Código Tributário Nacional a lei aplica-se a ato ou fato pretérito.

A esse respeito analise as afirmativas que apresentam as situações em que a lei se aplica.

- I. Em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados.
- II. Quando reduza a alíquota de tributo cujo fato gerador já foi praticado, desde que a defesa ofertada pelo contribuinte, administrativa ou judicial, ainda não tenha sido definitivamente julgada.
- III. Tratando-se de ato não definitivamente julgado, quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado falta de pagamento de tributo.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

87. A Lei Complementar nº 104/01 inseriu o parágrafo único ao artigo 116 do Código Tributário Nacional, tendo por objetivo restringir a prática do planejamento tributário, ainda que este fosse conduzido mediante o uso de estruturas e procedimentos perfeitamente lícitos – a chamada elisão tributária.

A redação do referido dispositivo gerou grande polêmica ao condicionar a descon sideração dos atos e negócios jurídicos praticados pelo contribuinte à hipótese de “dissimulação”, pois, para parte expressiva da doutrina jurídica, dissimulação é forma de simulação relativa, figura que se relaciona com a chamada evasão tributária (ilícita) e não com a elisão.

Na tentativa de regulamentar a aplicação da cláusula antielisiva (pretensamente contida no parágrafo único do artigo 116 do CTN), foi editada a Medida Provisória nº 66, que acabou, nesta parte, não sendo convertida em lei (Lei 10.637).

A esse respeito, é correto afirmar que:

- (A) a autoridade administrativa jamais poderá descon siderar atos praticados pelo contribuinte no contexto do chamado “planejamento tributário”, sejam eles lícitos ou ilícitos, justamente por não ter sido formalmente regulamentado o parágrafo único do artigo 116 do Código Tributário Nacional.
- (B) a autoridade administrativa está plenamente autorizada a aplicar o parágrafo único do artigo 116 do Código Tributário Nacional, ainda que tal dispositivo não tenha sido regulamentado por lei ordinária.
- (C) a Medida Provisória nº 66 previa procedimento especial para que a autoridade administrativa pudesse descon siderar os atos praticados pelo contribuinte, como, por exemplo, dar a oportunidade ao contribuinte para se manifestar, antes de lavrado o auto de infração, sobre as razões do procedimento por ele adotado, situação que em nada mudou com a não conversão da Medida Provisória nº 66 em lei, já que o Decreto 70.235/72 prevê tal situação expressamente.
- (D) em decorrência da não conversão da Medida Provisória nº 66 em lei e, conseqüentemente, da não regulamentação do parágrafo primeiro do artigo 116 do Código Tributário Nacional, a autoridade administrativa somente poderá descon siderar atos e negócios jurídicos praticados pelo contribuinte, para então requalificá-los, quando houver algum tipo de desvio, como, por exemplo, simulação, abuso de direito e abuso de forma.
- (E) no Brasil, nunca houve a necessidade de uma cláusula geral antielisiva, pois sempre se entendeu, tanto no âmbito doutrinário como no jurisprudencial, que a substância econômica do negócio deveria prevalecer sobre a forma.

88. Com relação ao *instituto da substituição tributária*, aplicado ao ICMS, analise as seguintes afirmativas:

- I. Trata-se de um mecanismo legal pelo qual a responsabilidade pelo pagamento do imposto pode ser atribuída a sujeito passivo outro que não o contribuinte, destinatário constitucional do tributo.
- II. A chamada “substituição tributária para frente” tem relação direta com o instituto da responsabilidade por sucessão prevista no artigo 129 do Código Tributário Nacional.
- III. Trata-se de uma decorrência lógica do perfil plurifásico do ICMS.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

89. Com relação às *formas de extinção do crédito tributário*, analise as seguintes afirmativas:

- I. A dação em pagamento, consoante o artigo 156 do Código Tributário Nacional, pode ocorrer tanto em relação aos bens móveis como aos bens imóveis.
- II. A impossibilidade do pagamento, no sistema brasileiro, é forma legalmente (Código Tributário Nacional) prevista de extinção do crédito tributário.
- III. O crédito tributário será extinto por decisão administrativa favorável ao contribuinte contra a qual não possa mais ser oposto recurso ou ação anulatória.

Assinale

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

90. A Lei Complementar desempenha papel de grande relevância em matéria tributária. Conforme se infere do artigo 146 da Constituição Federal, cabe à Lei Complementar:

- (A) fixar uma alíquota única do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (2%) em todo o território nacional, com o fim de debelar a guerra fiscal travada entre os Municípios.
- (B) regulamentar a denominada “cláusula geral antielisiva” inserida no Código Tributário Nacional (parágrafo único do artigo 116).
- (C) introduzir os tratados internacionais em matéria tributária (acordos de bitributação) no sistema tributário brasileiro.
- (D) ampliar a competência tributária constitucionalmente estabelecida dos entes da federação.
- (E) prevenir situações de desequilíbrio nas condições de concorrência mediante critérios especiais de tributação.

91. A *Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE)*, nos termos concebidos pela Lei nº 10.168/00, deveria incidir sobre os contratos que implicassem transferência de tecnologia, por ocasião de pagamento, crédito, entrega, remessa ou emprego de valores ao residente no exterior. Posteriormente, a Lei nº 10.332/01 ampliou a hipótese de incidência da CIDE para abranger também os casos envolvendo o pagamento, crédito, entrega, remessa ou emprego de *royalties* a qualquer título (mesmo sem transferência de tecnologia) a residente no exterior.

A esse respeito, é correto afirmar que:

- (A) o valor recolhido no Brasil a título de CIDE poderá ser utilizado como crédito pelo beneficiário dos *royalties* (residente no exterior) para fins de compensação com o Imposto de Renda devido sobre o valor recebido.
- (B) o contribuinte da CIDE coincide com o contribuinte do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre pagamento, remessa, crédito, entrega ou emprego de *royalties*.
- (C) a incidência da CIDE sobre valores pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos ao exterior a título de *royalties* gera direito a crédito para o contribuinte desse tributo no Brasil no caso de contratos de exploração de patentes e uso de marcas.
- (D) no caso de pagamento, crédito, entrega, remessa ou emprego de *royalties* a residente no exterior, deverá ser pago o Imposto de Renda Retido na Fonte à alíquota de 25%, bem como a CIDE à alíquota de 10%, independentemente do país de residência do beneficiário.
- (E) o valor integral das receitas arrecadadas por meio da CIDE poderá ser destinado como melhor aprover ao Chefe do Executivo Federal.

92. A respeito da aquisição, a qualquer título, de fundo de comércio, estabelecimento comercial, industrial ou profissional, para fins de responsabilidade tributária, é correto afirmar que:

- (A) implicará sempre, para o adquirente, responsabilidade integral.
- (B) não haverá responsabilidade do adquirente na hipótese de se tratar de alienação judicial de filial ou unidade produtiva isolada em processo de recuperação judicial.
- (C) a extensão da responsabilidade do adquirente não se altera em função do fato de o alienante (do estabelecimento) cessar a exploração de comércio, indústria ou atividade.
- (D) nos casos de aquisição de mero estabelecimento, não há que se falar em responsabilidade por sucessão, o que apenas ocorre nos casos de aquisição da própria pessoa jurídica titular do estabelecimento.
- (E) o contrato firmado com o alienante, pelo qual este assume a responsabilidade pelos débitos gerados durante sua gestão, poderá ser oposto, pelo adquirente, ao Fisco.

93. Com relação ao tema *Limitações ao Poder de Tributar*, analise as seguintes sentenças:

- I. Como modo de combater a guerra fiscal, a Constituição Federal outorgou ao legislador complementar competência para regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados. Em atendimento a esse objetivo, a Lei Complementar nº 24/75 determina que a concessão de benefícios, ou a sua revogação total ou parcial, dependerá sempre de decisão unânime dos Estados federados.
- II. É vedado à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, sendo inadmitida, portanto, a concessão de incentivos fiscais ainda que destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do país.
- III. Em caso de outorga de isenção tributária a uma classe de contribuintes, a fim de promover o desenvolvimento socioeconômico de uma dada região, é possível àqueles excluídos pela lei socorrerem-se do Poder Judiciário para, com base no princípio da isonomia, obterem idêntico tratamento fiscal.

Assinale:

- (A) se todas as sentenças estiverem corretas.
- (B) se somente as sentenças I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as sentenças I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as sentenças II e III estiverem corretas.
- (E) se nenhuma sentença estiver correta.

94. Em relação às *espécies tributárias*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de atuação nas respectivas áreas.
- (B) Os impostos são tributos não vinculados a quaisquer atividades estatais relacionadas ao contribuinte, sendo vedada a vinculação de suas receitas a órgãos, fundos ou despesas, salvo exceções constitucionalmente previstas.
- (C) A contribuição de melhoria é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
- (D) As taxas, cobradas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição, não poderão ter base de cálculo própria de impostos.
- (E) A União poderá instituir, mediante lei ordinária, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, na iminência ou no caso de guerra externa, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.

95. Em relação aos *tributos de competência estadual*, é correto afirmar que:

- (A) os Estados possuem competência para instituição do imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos, cujas alíquotas máximas serão fixadas por lei complementar.
- (B) em relação à tributação dos programas de computador, ou *software*, o Supremo Tribunal Federal já decidiu que, nas operações relativas ao “licenciamento ou cessão de direito de uso”, não cabe aos Estados a instituição do ICMS, posto não estar caracterizada uma circulação de mercadoria; por outro lado, em se tratando dos chamados “*software* de prateleira”, produzidos em série e comercializados no varejo, vigora entendimento positivo quanto à possibilidade de tributação por meio do aludido tributo uma vez materializado o *corpus mechanicum* da criação intelectual do programa, caracterizando, assim, o conceito de mercadoria.
- (C) o ICMS será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal; em atendimento à não-cumulatividade a isenção ou não-incidência, implicarão direito a crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes, salvo determinação em contrário da legislação.
- (D) o imposto incidente sobre a propriedade de veículos automotores não poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e da utilização.
- (E) de acordo com o texto constitucional vigente, o ICMS incidirá sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade, cabendo o imposto ao Estado onde ocorrer o desembaraço aduaneiro, independentemente da localização do destinatário do bem ou mercadoria.

96. De acordo com a redação do Código Tributário Nacional (artigo 156), analise as afirmativas a seguir:

- I. **Novação:** *extingue a obrigação tributária mediante a criação de uma outra que substituirá a primeira.*
- II. **Confusão:** *desde que, na mesma pessoa, se confundam as qualidades de credor e devedor.*
- III. **Anistia:** *dispensa o pagamento das multas provenientes da desobediência à legislação tributária.*

Não podem ser mencionada(s), expressamente, como modalidade(s) de extinção do crédito tributário:

- (A) as afirmativas I, II e III.
- (B) somente as afirmativas II e III.
- (C) somente as afirmativas I e III.
- (D) somente as afirmativas I e II.
- (E) somente a afirmativa II.

97. A Constituição Federal de 1988 atribui competência tributária aos entes da Federação.

Com relação à União, é correto afirmar que:

- (A) encontra-se autorizada a tributar a renda de obrigações da dívida pública dos Estados, Distrito Federal e Municípios.
- (B) tem competência para instituir isenções de tributos cuja competência foi constitucionalmente assegurada aos Estados, Distrito Federal e Municípios.
- (C) pode estabelecer tributo não uniforme no território nacional.
- (D) pode estabelecer, por meio de lei complementar, outros tributos além dos expressamente mencionados na Constituição Federal, desde que não sejam cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados constitucionalmente.
- (E) não tem competência, em Território Federal, sobre impostos estaduais.

98. Considere a seguinte situação hipotética:

- ▶ Um determinado contribuinte praticou o fato gerador de um tributo de competência da União, sujeito a lançamento por homologação, tendo pagado e declarado ao fisco, no mês de março de 1984, valor inferior ao efetivamente devido. Em procedimento de fiscalização, o auditor fiscal de tributos constatou o recolhimento efetuado a menor e lavrou auto de infração constituindo o crédito tributário cabível, tendo notificado o contribuinte em junho de 1989.
- ▶ Inconformado com o lançamento, o contribuinte promoveu impugnação administrativa em julho de 1989, tendo seu pleito sido definitivamente julgado, em grau de recurso, em agosto de 1996, assinalado ao contribuinte o prazo de 30 dias para pagamento espontâneo do crédito tributário.
- ▶ Inscrito o crédito em dívida ativa em maio de 1999, o ajuizamento da ação ocorreu em novembro de 2002, tendo sido o contribuinte citado no mês subsequente.

A respeito dessa situação, analise as afirmativas a seguir:

- I. Não se operou a decadência.
- II. Ocorreu a prescrição intercorrente no processo administrativo.
- III. Ocorreu a prescrição pela inércia do fisco quanto ao exercício do direito de ação de cobrança.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

99. O Imposto de Renda, conforme previsão constitucional (artigo 153, § 2º), deverá ser norteado pelos critérios da generalidade, universalidade e progressividade. Com fundamento nos aludidos critérios, analise as seguintes afirmativas:

- I. A tributação, pelo Imposto de Renda, da pessoa física e jurídica residente no Brasil poderá recair sobre fatos econômicos concretizados no exterior.
- II. Os não-residentes (pessoas físicas ou jurídicas) no Brasil são tributados pelo Imposto de Renda em bases universais (renda global).
- III. A tributação de fatos econômicos originados em outro país somente será juridicamente viável se houver acordo de bitributação (Tratado Internacional Bilateral em Matéria de Imposto de Renda), pois seria ilegal a incidência de um tributo brasileiro sobre fato ocorrido em território estrangeiro, sob pena de violação de soberania deste país.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

100. Analise as afirmativas a seguir:

- I. Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrará aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial. No entanto, havendo escrituração regular, ainda que parcialmente, o Fisco deverá sempre adotá-la como base de prova.
- II. A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou excluir tributo, pode ser feita a qualquer tempo, independentemente da constituição do crédito tributário pelo lançamento, desde que haja comprovação do erro em que se funde.
- III. Segundo jurisprudência do STJ, tratando-se de tributo sujeito a lançamento por homologação, e tendo o contribuinte declarado o débito e não pagado no vencimento, considera-se desde logo constituído o crédito tributário, tornando-se dispensável a instauração de procedimento administrativo com a finalidade de promoção do lançamento para viabilizar a posterior cobrança judicial.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Realização:



F U N D A Ç Ã O
GETULIO VARGAS

FGV PROJETOS